

EACH, SOB “INVESTIGAÇÃO DETALHADA”, CONVIVE POR ORA COM ATERRO ILEGAL

Paulo Hebmüller
Jornalista

Arquivo



O então diretor Boueri entre J.G. Rodas e o governador Alckmin: “costas quentes”?

A Reitoria da USP apoia-se nos pareceres da Companhia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e decide que a terra contaminada depositada clandestinamente no campus da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) em 2010 e 2011, quando a unidade era dirigida por J.J. Boueri, pode permanecer no local sem oferecer riscos a quem trabalha ou estuda lá. Uma empresa de engenharia foi contratada para executar, até junho de 2016, “serviços de investigação ambiental detalhada” e “avaliação de riscos toxicológicos”

A Superintendência do Espaço Físico (SEF) da USP assinou um contrato com a empresa de engenharia ConAm-Consultoria Ambiental para “execução de serviços de investigação ambiental detalhada” e “avaliação de riscos toxicológicos” na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

O extrato do contrato foi publicado no *Diário Oficial* no dia 20 de junho de 2015. A empresa terá um ano para executar o trabalho nas áreas AI-02 e AI-03 no *campus* da USP Leste. A AI-02 é a chamada área da chaminé, remanescente de uma antiga fábrica de cerâmica, e fica à esquerda de quem chega à EACH pela Estação USP Leste da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A AI-03 é o terreno cedido em 2012 pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) para expansão do *campus*, e se estende até a vizinhança do Centro de Treinamento do Corinthians.

A assinatura do contrato é o mais recente capítulo das ações da USP em relação aos graves problemas ambientais na EACH. A área da chaminé recebeu a maior parte dos 109 mil m³ de terra depositados clandestinamente no *campus* entre 2010 e 2011, caso que acabou levando ao afastamento do então diretor da unidade, José Jorge Boueri Filho, e motivou a interdição da EACH entre janeiro e julho de 2014 por decisão judicial. Análises identificaram a presença de diversas substâncias contaminantes na terra, entre elas bifelinas policloradas (PCB, na sigla em inglês). O composto era

fls. 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA
 Viaduto Dona Paulina nº 80, 5º andar - sala 514
 Centro - CEP 01501-000, São Paulo-SP
 Fone: 3242-2333/2006 - E-mail: sp2faz@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo: **1011905-69.2013.8.26.0053 - Ação Civil Pública**
 Requerente: **'MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 Requerido: **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO- USP**

Vistos.

Pelo que se extrai da petição inicial e documentos juntados, desde o ano de 2005, vem sendo apurados danos ambientais, no imóvel que abriga a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH - “Campus Leste da USP”. Tais danos tem suas origens pelo depósito de elementos contaminantes, por obras de dragagem do Rio Tietê, representando grave risco à integridade física dos alunos e demais pessoas que transitam pelo local (vida e saúde). Há inclusive risco de explosão, pela existência de gás metano no sub-solo.

Tal situação encontra-se retratada em fundamentado laudo pericial, que acompanha a petição inicial, elaborado por perito do CAEX, enquanto órgão de apoio ao Ministério Público. No entanto, mesmo ciente de tal situação, e instada, tanto pelo Ministério Público, quanto pela CETESB, com sucessivos prazos para ajustamento, até a presente data, não houve qualquer providência efetiva, por parte da requerida, a fim de evitar ou minorar os aludidos danos e riscos.

Assim sendo, imperiosa a concessão da liminar, fundamentada para o resguardo da integridade física das pessoas envolvidas.

MS HELENA BRESSER LANG AMARAL. pos./legal.tjsp.jus.br/real. informe o processo 1011905-69.2013.8.26.0053 e o código 60729B.

utilizado em segmentos industriais e está banido em muitos países – inclusive no Brasil – devido aos potenciais efeitos nocivos à saúde e ao ambiente. De acordo com a ação civil pública da Promotoria de Urbanismo e Meio Ambiente do Ministério Público do Estado (MPE) que levou à interdição da EACH, parte do depósito clandestino veio do terreno em que foi erguido o Templo de Salomão da Igreja Universal do Reino de Deus, no bairro do Brás.

O superintendente da SEF, professor Osvaldo Nakao, diz que os

serviços para os quais a ConAm foi contratada nas áreas AI-02 e AI-03 “completam a investigação já realizada na área AI-01” – a região central do *campus*, onde estão as edificações da EACH e que tem boa parte de seu espaço atualmente cercado por tapumes de alumínio. A empresa fará o diagnóstico dos problemas e também a execução das medidas consideradas necessárias. A ordem de serviço foi emitida com data de 13 de julho e a conclusão está prevista para julho de 2016. O valor do contrato é de R\$ 2,379 milhões.

Daniel Garcia



Marcos Bernardino de Carvalho e Osvaldo Nakao

O início dos serviços da ConAm praticamente coincidiu com o final de mais um semestre letivo, enquanto outro deve se iniciar em meio à incerteza da comunidade sobre a segurança de frequentar o *campus* e a existência de riscos à saúde. “Uma coisa é solucionar os problemas enquanto o local está interdito e fechado ao acesso. Outra é colocar as pessoas de volta sem haver uma segurança e uma certeza absoluta quanto ao nível de problemas que as coisas que estão aqui podem trazer”, afirma o professor Marcos Bernardino de Carvalho, docente do curso de Gestão Ambiental e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH. “O *campus* está esquizofrênico, porque uma parte dele diz claramente o seguinte: ‘Isto não é seguro’. Basta olhar para todos os espaços que estão cercados por tapumes e eles dizem isso a você”, completa.

Elton Gloeden, geólogo da Cetesb que em maio de 2014 declarou a uma CPI que a grama não era “solução definitiva” para aterro ilegal, diz agora que novos testes indicam que “o uso da área é seguro” e não há mais “necessidade de remoção do solo”

A colocação dos tapumes de alumínio (que isolam também a área da chaminé) e a cobertura do aterro com o plantio de grama foram algumas das medidas tomadas para mitigar os problemas na área central da EACH. Porém, sobram dúvidas quanto à sua eficácia. “Eu não me sinto segura. Há pessoas que têm

certeza de que não estão correndo risco, mas muita gente está em dúvida. Eu tenho certeza de que há risco porque ouvi um geólogo da Cetesb [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo] dizer que apenas colocar grama em cima não isola a terra contaminada”, enfatiza a professora Adriana Tufaile, dos cursos de Ciências da Natureza e Gestão Ambiental da EACH. A declaração à qual ela se refere foi feita em maio de 2014 pelo geólogo Elton Gloeden, gerente do Departamento de Áreas Contaminadas da Cetesb. Em audiência na CPI da Câmara dos Vereadores de São Paulo sobre áreas contaminadas, Gloeden afirmou que o plantio de grama representava uma medida de “caráter emergencial”, e não “uma solução definitiva” para o isolamento do solo do *campus*.

“Na época da CPI, os resultados das investigações do solo indicavam a presença de PCB total acima do valor de intervenção, o que indicava a necessidade de complementação das investigações e intervenções, como o isolamento da área com grama e tapume. Após a obtenção dos novos resultados para os congêneres de PCB, essas medidas não são mais necessárias”, declarou Gloeden à *Revista Adusp*. Para o geólogo, “não há necessidade de remoção do solo”, e “o uso da área é seguro”.

A existência desses “novos resultados” é justamente um dos nós a emaranhar a teia bastante complexa de problemas da EACH. A empresa Servmar Serviços Técnicos Ambientais, contratada pela USP para investigação do solo e da água subterrânea nas áreas AI-01 e AI-02, realizou sondagens e investigações em diversas

etapas e concluiu no início de 2014 que havia 21 pontos no solo nos quais estavam presentes substâncias acima dos “valores de intervenção para o cenário residencial”. Logo a seguir, entretanto, a Cetesb divulgou os novos valores orientadores para solos e águas subterrâneas no Estado de São Paulo, em substituição aos que vigoravam desde 2005. A decisão e as respectivas tabelas do órgão ambiental foram publicadas no *Diário Oficial* de 21 de fevereiro de 2014.

A Servmar encaminhou à USP os resultados analisados sob os parâmetros revistos, reduzindo drasticamente o número de pontos considerados problemáticos. Questionada por representantes da EACH e da SEF, em março do ano passado, a respeito desse e de outros itens, a empresa respondeu por escrito: “No relatório em epígrafe foram utilizados os valores de intervenção novos, de 2014, para comparação com os resultados analíticos obtidos. Desta forma, algumas concentrações que se encontravam superiores aos valores de intervenção de 2005 não se encontravam mais superiores quando considerados os valores de intervenção atualizados em 2014 pela Cetesb”.

O relatório de fevereiro conclui que “após a interpretação dos resultados analíticos e avaliação de risco à saúde humana pode-se afirmar que não há necessidade de adoção de medidas de intervenção para o solo superficial e solo subsuperficial da área AI-01”. Um novo estudo complementar foi entregue em novembro, reforçando a conclusão e recomendando ainda que, “caso sejam realizadas obras civis na AI-01, os trabalhadores utilizem Equipa-

mento de Proteção Individual (EPI), e seja feito monitoramento de gases inflamáveis no solo”. É “recomendável também”, segue o texto, “que na AI-01 seja mantido o tapete de grama ou que seja realizada a colocação de bloquetes” (tipo de peça de concreto para pavimentação). É com base nessas conclusões que o superintendente Osvaldo Nakao defende, assim como o geólogo Gloeden, da Cetesb, que não é necessário retirar o aterro clandestino na área central do *campus* (vide **declarações de Nakao na p. 89**).

A Cetesb ainda não deu um parecer sobre o relatório da Servmar entregue em novembro do ano passado, e não respondeu à *Revista Adusp* se há alguma previsão para emitilo. Caso o órgão referende as conclusões da empresa, os tapumes de alumínio poderão ser retirados para a construção de novas edificações na área central da EACH. A vice-diretora da escola, professora Neli Aparecida de Mello-Théry, defende a manutenção dos tapumes até que a universidade receba esse posicionamento oficial. A professora tem procurado intervir nas questões ambientais que envolvem o *campus*, mas ressalta que a Cetesb não recebe a diretoria da EACH, pois a interlocução da Companhia com a USP se dá apenas por intermédio da SEF.

A mudança dos valores de intervenção é um dos fatores que colaboram na criação de um clima de desconfiança em relação à Cetesb e às afirmações de que a área do *campus* está segura, aponta a professora Adriana Tufaile. Para a vice-diretora da EACH, no entanto, trata-se de um processo normal. “De tempos

em tempos a Cetesb faz essas alterações e se torna mais rígida em alguns índices e menos rígida em outros, obedecendo a parâmetros internacionais”, rebate Neli.

“Tudo o que se está fazendo no campus é muito lento e podemos estar brincando com a saúde das pessoas. Essa é a desconfiança, é o que qualquer ambientalista sabe”, diz o docente Marcos Bernardino de Carvalho

A controvérsia sobre a necessidade da retirada da terra contaminada não é o único problema da EACH. A concentração de gás metano no subsolo é outra realidade a preocupar a comunidade de alunos, professores, funcionários e outros frequentadores da unidade. Como salienta a ação civil pública do MPE, “a área por anos foi utilizada como bota-fora, notadamente de sedimentos removidos durante as operações de dragagem do rio Tietê”. “Não era o melhor lugar para construir um *campus*, porque não se sabe a origem dos aterros anteriores”, reconhece a vice-diretora. Recorde-se, além do mais, que a USP Leste está localizada no perímetro do Parque Ecológico e Área de Preservação Ambiental (APA) da Várzea do Rio Tietê.

O superintendente da SEF, Osvaldo Nakao, e o geólogo Elton

“USP CUMPRE ORIENTAÇÕES DA CETESB”, DIZ NAKAO

Leia a seguir as respostas que o titular da Superintendência do Espaço Físico (SEF) da USP, Osvaldo Nakao, enviou por e-mail às perguntas da *Revista Adusp*:

Revista Adusp – Como a SEF avalia a situação atual da área da EACH? A SEF considera que ela é absolutamente segura para as pessoas que a frequentam?

Osvaldo Nakao – A USP tem realizado as ações definidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Revista Adusp – A manutenção dos tapumes restringindo o acesso a boa parte do *campus* não indica que há problemas que não foram sanados e que, portanto, as pessoas da comunidade ainda estão expostas a diversos riscos?

Nakao – O cercamento foi realizado atendendo orientação da Cetesb.

Revista Adusp – Quantos são os exaustores de metano instalados na área? Eles são suficientes para resolver as questões ligadas ao gás no *campus*? Todos serão cobertos pelos abrigos em construção para reduzir o nível de ruído emitido?

Nakao – O relatório “Instalação do Sistema de Exaustão de Gases do Solo Sob os Edifícios”, de agosto de 2014, da empresa Weber Consultoria Ambiental Ltda. e disponível em www.sef.usp.br e <http://each.uspnet.usp.br/site>, indica a localização dos 22 exaustores de metano instalados na USP Leste. Foram instalados sis-

temas de exaustão nos edifícios de acordo com o projeto de autoria do IPT [Instituto de Pesquisas Tecnológicas]. Foram construídos abrigos para todos os sistemas de extração. A evolução das obras dos abrigos e a eficiência dos sistemas podem ser acompanhadas nos relatórios mensais de Monitoramento de Intrusão de Gases, também disponíveis nas páginas da SEF e da EACH.

Revista Adusp – De acordo com o geólogo Elton Gloeden, da Cetesb, somente o plantio de grama não garante o encapsulamento da contaminação do solo. Por que a USP não tomou outras medidas em relação à presença da terra contaminada?

Nakao – A USP cumpre as orientações da Cetesb.

Revista Adusp – Qual a estimativa de gastos que a USP projeta para todo o processo de descontaminação?

Nakao – As ações e atividades necessárias para o cumprimento de todas as etapas do gerenciamento ambiental da área estão sendo realizadas pela USP de acordo com as orientações da Cetesb. De acordo com os estudos conduzidos e os resultados obtidos até o momento, conforme apresentado em relatório técnico intitulado “Investigação Detalhada, Avaliação de Risco à Saúde Humana e Plano de Intervenção na AI-01 e Investigação Detalhada de Gases”, de fevereiro de 2014, disponível em www.sef.usp.br e <http://each.uspnet.usp.br/site>, “não há necessida-

de de adoção de medidas de intervenção para o solo superficial e solo subsuperficial da área AI-01”.

Revista Adusp – Uma vez concluídas a investigação e a avaliação, quais os próximos passos? A USP acredita que será necessária a remoção de toda a terra contaminada ilegalmente depositada no *campus*?

Nakao – Os documentos técnicos da Cetesb para gestão de áreas contaminadas definem que os próximos passos devam ser determinados em função dos resultados dos estudos de investigação detalhada e de avaliação de riscos à saúde humana. Caso seja identificado solo contaminado nas áreas AI-02 e AI-03, em concentrações acima das quais existam riscos potenciais reais à saúde humana para os usuários, esses solos serão objeto de medidas de gerenciamento ambiental de forma a permitir o uso seguro da área.

Revista Adusp – Há um prazo para que todo o processo de descontaminação seja concluído?

Nakao – Até o momento, a única necessidade apontada pela Cetesb é o sistema de extração de gases do subsolo, que foi instalado em toda a área AI-01 (área ocupada pela EACH) que permite, por meio da ventilação do subsolo, o uso seguro do *campus* e garante a ausência de risco. Esse sistema será mantido enquanto o monitoramento indicar a presença de metano, mesmo em níveis abaixo de inflamabilidade, e sua operação é objeto de acompanhamento diário.

Gloeden, da Cetesb, afirmam que a implantação de um sistema de extração de metano garante a segurança das edificações e das pessoas. De acordo com Nakao, foram instalados 22 exaustores do gás no *campus*. Para minimizar o problema do ruído constante emitido pelas máquinas, algumas localizadas ao lado de janelas de salas de aula, estão sendo construídos abrigos nos quais os equipamentos ficarão isolados. As construções previstas para a expansão da EACH já serão edificadas com base em projetos que incluem sistemas de ventilação e extração do metano, afirmam os representantes da USP.

A eficácia dessas providências é questionada pelos professores da EACH ouvidos pela *Revista Adusp*. “A USP demorou quase dez anos para tomar medidas sobre o metano e tinha ciência dessa questão desde a implantação da escola. Será que vai demorar dez anos ou mais para tomar medidas efetivas em relação à terra? Espero que não”, diz Elizabete Franco Cruz, docente do curso de Obstetrícia e do mestrado em Mudança Social e Participação Política. “Com a propalada crise financeira da instituição, tenho dúvidas se vão retirar a terra. Às vezes penso que vão tentar nos convencer cientificamente de que não há problemas e portanto a terra poderá permanecer. Outras vezes penso que vão adotar medidas parciais, paliativas, para poder dizer: ‘Retiramos a terra contaminada da EACH’.”

“Tudo o que se está fazendo no *campus* é muito lento e podemos estar brincando com a saúde das pessoas. Essa é a desconfiança, e é o

que qualquer ambientalista sabe”, diz Marcos Bernardino de Carvalho. “Uma coisa muito perversa é que não se consegue fazer a relação denexo causal dos problemas de saúde”, continua Adriana Tufaille. Antes do plantio da grama e da colocação dos tapumes, os frequentadores do *campus* respiraram muita poeira vinda da terra contaminada. “Mesmo que os parâmetros para os compostos isolados tenham sido reduzidos, o que acontece quando várias dessas substâncias estão presentes ao mesmo tempo e agem cumulativamente? Um só organismo e um só sistema imunológico têm que dar conta de tudo.” Vale lembrar que, em dezembro de 2013, três semanas antes do início da interdição determinada pela Justiça, as atividades da EACH já haviam sido paralisadas por causa de problemas com a água e com infestação por piolhos de pombo em salas de aula.

A ação civil pública movida pelo MPE continua tramitando na 2ª Vara da Fazenda Pública e vem sendo acompanhada pela promotora Cláudia Cecília Fedeli, da Promotoria de Urbanismo e Meio Ambiente. Pelo menos mais uma ação já foi movida na Justiça depois da desinterdição. Após sofrer uma alergia que a fez perder cabelos e sobrancelhas, a aluna Rosângela Toni, do curso de Gestão Ambiental da EACH, está processando a USP por entender que a causa do problema é a contaminação por elementos existentes no solo do *campus*. A vice-diretora Neli de Mello-Théry salienta que também inalou a poeira, mas ressalta: “Não posso afirmar que essa situação não vá causar problemas.

Até agora, porém, não é possível comprovar que há efeitos”.

“A USP está sofrendo o que a periferia sofre, e poderia dar o exemplo de mostrar que a periferia tem o direito a ser um lugar em que as pessoas vivam de forma saudável”, considera o professor Marcos Bernardino de Carvalho. Para ele, a argumentação de que muitos lugares da cidade — ou praticamente a cidade toda — estejam contaminados não é justificativa para minimizar os problemas da EACH. “Ter um espaço livre de contaminação é muito difícil. No entanto, não pode ser casado o direito de lutar para se viver num espaço livre de contaminação, ou no mínimo para diminuir a exposição a alguma coisa que nos faça mal. Não somos apenas organismos ou máquinas em que o ar entra de um jeito e o contaminante de outro. Somos todos também corpos sociais e políticos, que não têm por que tolerar um grama que seja de matéria de origem criminosa”, defende.

A professora Elizabete Franco Cruz concorda. “Há uma questão simbólica muito significativa. Esta terra é um lixo e nós não somos um depósito de lixo! Nós semearmos uma flor no solo pantanoso que a USP nos deu. Sonhamos com um projeto lindo para este espaço, trabalhamos duro e fizemos nascer muita coisa. Realmente não me conformo”, diz. “Para mim, depois de tudo que vimos e vivemos, é muito difícil a convivência pacífica com esse lixo contaminado fruto de um crime ambiental. Nós todos, professores, alunos, funcionários e comunidade, não merecemos esse estado de coisas.”

REITOR SUSPENDE EX-DIRETOR J. BOUERI POR 120 DIAS. COMISSÃO PROCESSANTE QUERIA SÓ 30 DIAS

A Comissão Processante Disciplinar (CPD) designada em 7/11/2013 pela Reitoria da USP para conduzir processo administrativo contra José Jorge Boueri Filho, ex-diretor da EACH, emitiu parecer, *um ano e meio depois* (29/5/2015), recomendando a suspensão do professor por trinta dias de suas atividades na Universidade.

No dia 2/7/2015, o reitor M. A. Zago acolheu, em parte, as conclusões da CPD, ao entender que o ato praticado por Boueri “deve ser considerado como de maior gravidade”, na medida em que o então diretor da EACH “autorizou a utilização de considerável volume de terra não certificada no *campus* da EACH”, e isso mediante a ausência de requisitos fundamentais, tais como: “procedimento licitatório ou de dispensa ou de declaração de inexigibilidade”; “contrato formal, escrito”; e “a falta de comunicação aos órgãos administrativos e ambientais para formalizar e obter as autorizações necessárias”.

O reitor reconheceu, ainda, que tais condutas “desencadearam significativa perturbação para o desenvolvimento dos serviços administrativos da EACH, com a interdição daquele *campus*, suspensão das aulas e posterior transferência dos alunos para locais externos”.

Por outro lado, ele acatou o entendimento da Comissão de que não houve dolo e de que a primariedade

do réu deveria ser levada em conta ao se fixar a pena. Assim, apesar da gravidade das faltas apontadas, M.A. Zago decidiu aplicar a punição de 120 dias de suspensão.

A Diretoria da Adusp emitiu nota em que condena a decisão do reitor: “A suspensão de 120 dias é uma sanção que não condiz com a gravidade do caso e das condutas do então diretor da EACH. A mesma Reitoria que, a pretexto de ausência de dolo, deixa de demitir o responsável por um crime ambiental de proporções ainda não inteiramente conhecidas, que violou diversas leis e o Estatuto do Servidor Público (ESP), dispõe-se a processar e expulsar estudantes por falarem em voz alta nas reuniões do Conselho Universitário”.

“Vale lembrar, a respeito da alegada primariedade de Boueri, que o ESP relaciona a penalidade à infração, sem levar em conta os antecedentes”, continua a nota da Adusp. “Portanto, a primariedade não deveria ser entendida como atenuante ou óbice à demissão”.

A professora Adriana Tufaile considera que outros dirigentes da



Boueri, segundo à esquerda, e Alckmin

Arquivo

USP devem ser responsabilizados, além do ex-diretor. Ela lembra que a interdição da unidade entre janeiro e julho de 2014 provocou muitos prejuízos que não podem ser medidos: “Projetos de pesquisa parados, laboratórios fechados, alunos que desistiram de disciplinas por causa dos deslocamentos para outros lugares, falta de biblioteca e de bandeirão, possíveis danos à saúde das pessoas etc.”.

Há também, diz a professora, outras perdas que podem ser contabilizadas e com as quais a USP vem arcando sem cobrar dos demais envolvidos. Um dos atores do processo, por exemplo, obtém duas vantagens: “As construtoras compram terrenos contaminados porque são mais baratos e, em vez de descontaminar, o que custa muito dinheiro, pegam a terra e jogam noutra lugar. Lucram duas vezes: comprando terreno mais barato e descartando a terra em vez de tratá-la”.